

País terá de negociar nova carta de intenções com FMI

BRASÍLIA — O Governo brasileiro terá que negociar outra carta de intenções para firmar um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo Geraldo Biazotto, Coordenador de Política Fiscal do Ministério da Economia. Ele explicou que o compromisso firmado entre o Brasil e o Fundo, para o último trimestre de 1990, não pode ser considerado oficialmente, porque a carta de intenções não foi aprovada pela Direção-Geral do FMI.

Um novo entendimento pode ajudar, no que diz respeito à fixação de metas mais previsíveis, já que o ce-

nário econômico do País está mais claro do que em setembro, quando foi negociado o último acordo e era imprecisa a avaliação da conjuntura internacional, pós-conflito no Golfo Pérsico. No entanto, a grande conquista do Governo brasileiro, na missão técnica, de aceitação do conceito de capacidade de pagamento da dívida externa, com base no desempenho das contas públicas, pode transformar-se em um grande impasse. Este conceito, que foi rejeitado pelos bancos porque reserva ao Governo o cálculo das disponibilidades para pagamento dos compromis-

sos externos, está previsto em resolução aprovada ontem pelo Senado. O FMI está sob pressão da comunidade financeira por causa do conceito apresentado pelo Brasil.

A revisão da carta de intenções já era prevista para novembro, porque as metas nominais, entre elas a do déficit público nominal, poderiam ficar defasadas por causa de uma inflação mais elevada que a projetada. A inflação que de fato houve superou em muito a projetada (média de 7% ao mês no trimestre), mas a revisão não mais precisa ser feita, porque o Governo brasileiro não mante-

ve relacionamento formal com o Fundo neste trimestre.

Se, na melhor das hipóteses, o Brasil conseguir um rápido entendimento com os bancos credores, exigido pelo FMI para aprovação do acordo, uma nova carta será negociada a partir de janeiro. E terá que compreender outro período de 18 meses (prazo do acordo **stand by**), excluindo o período de outubro a dezembro deste ano. O Governo poderá, então, rever sua projeção de desempenho financeiro do plano de privatização, completamente frustrado em 1990.